

Que mundo estamos
construindo?



Economia Popular Solidária

Escola de Formação Básica
Multiplicadora da Economia Popular Solidária



CREDO DE MENDES

Creio em Deus Pai, todo poderoso.
Creio num novo mundo possível;
creio na união dos povos aqui representados;
creio na reciclagem, na dignidade, na força que cada um tem;
creio numa nova vida, no mundo de amor universal, de fartura,
confiança, credibilidade;
creio no amor incondicional e na amizade;
creio no carinho, na esperança, na utopia, no aprendizado, fraternidade,
e em todas essas crenças;
além da humildade e na expansão da consciência humana.
Acredito no respeito, fortalecimento e confiança;
no sorriso de alegria;
no poeta militante, na rapaziada;
na energia que circula entre nós.
Creio na vida digna;
creio que eu sou você, e você sou eu, que podemos voar.
Creio nos sonhos e na paixão,
e que estamos construindo um mundo diferente.
Creio numa vida com dignidade e nas pessoas em círculo.
Creio na inovação, na luta, no nosso sucesso.
Creio nas pessoas e na força do povo;
na força da natureza, na abundância, e em todos nós.
Creio no valor da informação.
Creio na Economia Solidária - ela é possível, tem que ser possível...
E que, com fé em Deus, tudo isto será possível.

* * *

Oração construída por todos os participantes do Primeiro Encontro Nacional de Clubes de Troca, realizado em Mendes, Rio de Janeiro, em setembro de 2004.



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
COMPREENDENDO MELHOR A ECONOMIA SOLIDÁRIA	7
Como nasceu a Economia Solidária?	7
O que autores contemporâneos pensam sobre Economia Solidária? ..	9
Redes de Colaboração Solidária	12
Economia Popular x Economia Popular Solidária: não são a mesma coisa!	15
REFLETINDO SOBRE A EXCLUSÃO	17
Quem são os excluídos/oprimidos?	17
Basta ensinar a pescar?	20
Qual é o papel da Igreja na enfrentamento da pobreza?	20
Os efeitos da competição capitalista	22
Quem exclui?	25
Alimentação para quem?	26
A desigualdade no Brasil	28
CLUBES DE TROCA: UM GRITO NO SILÊNCIO	29
O que são Clubes de Troca? Como surgiram?	29
O que é moeda social?	30
O que acontece nos Clubes de Troca?	31
Acolhida	32
Mística	32



Apresentação	33
Trocas solidárias	33
Encaminhamentos	33
Partilha	34
Como se constrói autogestão e solidariedade nos Clubes de Troca? ...	34
DIREITOS SOCIAIS X ASSISTENCIALISMO	36
Reverendo alguns conceitos	36
O que é assistencialismo?	38
Origens do assistencialismo	38
E os direitos sociais?	39
NOSSA LUTA É PARA SUSTENTAR OU FECHAR A “FÁBRICA DA POBREZA”?	40
E ENTÃO? QUE SOCIEDADE ESTAMOS CONSTRUINDO?	41



Apresentação

Chegamos ao quinto e último caderno da série História Social do Trabalho. Iniciamos nossa trajetória com o pensamento de Paulo Freire, porque este educador nos dá os alicerces que sustentam nossa caminhada no trabalho como educadores populares.

A concepção de educação de Paulo Freire, coerente com o método que ele propõe, possibilita ler a realidade, “pronunciar o mundo”. Permite romper com mitos, de forma que nos aproximamos cada vez mais da libertação.

Vamos recordar que libertação, para Paulo Freire, significa restituição da humanidade. Precisam de libertação os oprimidos porque, violentados, desumanizados, são impedidos de “ser mais”. Precisam igualmente de libertação os opressores, porque oprimir significa se desumanizar.

Quando estudamos Paulo Freire, descobrimos que TODOS precisam de libertação, mesmo aqueles que se dispõem a libertar, porque, em maior ou menor grau, todos nós hospedamos um opressor e a libertação significa expulsar este opressor, rompendo com mitos por meio do **diálogo**, que é um ato de amor.

Nas palavras de Paulo FREIRE: “A luta da libertação implica necessariamente na recriação do modelo econômico”.

Por isso, estudamos as várias formas como a humanidade tem produzido seus meios de vida, através da História. Vimos que o modo de produção capitalista é uma construção relativamente nova: a humanidade possui cerca de 1 milhão de anos de existência, e o modelo capitalista representa uma ínfima parcela desta História. Procurou-se lidar, em especial, com os mitos que versam sobre o



trabalho, que não pode ser entendido somente como trabalho nos moldes capitalistas.

Este último caderno vai tratar da Economia Solidária. Deixamos este tema para o final, porque Economia Solidária é uma proposta ainda em construção, que teve início nos primórdios do capitalismo. Surgiu da resistência dos trabalhadores à ditadura do capital, à pilhagem da natureza e da energia humana em nome do lucro.

A Economia Solidária está sendo construída por nós, que nos recusamos a aceitar que todo o objetivo da vida humana seja a acumulação irracional de coisas, papéis, terras, tecnologia, poder.

Ao contrário, pensamos numa economia voltada à **vida!** Queremos trabalhar para construir respeito, cuidado, dignidade, bem-estar coletivo, solidariedade. Por isso, juntamos nossos sonhos e nossa práxis com aqueles lutadores que nos antecederam, e com os lutadores que estão em outras paragens, potencializando nosso projeto de um mundo diferente.

Deste modo, estudamos e dialogamos. Precisamos conhecer a nossa História, construir nossos sonhos e trabalhar para que eles se realizem, e assim construímos História.

Neste Caderno, não temos a pretensão de aprofundar o tema Economia Solidária, iremos contribuir com algumas referências.¹ É necessário que você procure maiores elementos desta construção dos trabalhadores em resistência ao capitalismo, e a partir de sua práxis, venha a se somar nesta caminhada.

¹ Veja, no final deste Caderno, as referências bibliográficas que podem ser consultadas para que você possa aprofundar seus estudos.



Compreendendo melhor a economia popular solidária

Como nasceu a Economia Solidária?

A Economia Solidária surgiu junto com o modo de produção capitalista, e o persegue como se fosse uma sombra. Representa a resistência dos trabalhadores a um modo de produção que não leva em conta a vida, mas a acumulação material e a exacerbação do poder. A Economia Solidária, nas palavras de Paul SINGER “...*condena no capitalismo, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude.*”²

Há pistas da Economia Solidária naquela que se denominava “economia social”, sistematizada há 150 anos, na Europa. Já na época, os adeptos da economia social criticavam a ênfase ao reducionismo econômico, que não leva em conta os problemas sociais. Eram experiências econômicas sem fins lucrativos, pautadas na ética e nos princípios de solidariedade, como as associações de apoio mútuo e as cooperativas.³

² SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo. **Economia solidária no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000, p.13-14.

³ CORAGGIO, José Luis. **Política Social & economia del trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad**. Buenos Aires/Madrid, Myño & Dávila Editores, Universidad Nacional de General Sarmiento, 1999.



A doutrina anarquista, surgida na Europa em 1840, também se aproxima do que compreendemos hoje como Economia Solidária, principalmente no que toca ao repúdio à autoridade. Para os anarquistas, na sociedade deve predominar a igualdade, e as decisões devem ser tomadas coletivamente. No aspecto econômico, deve haver, para Norberto BOBBIO, “... a livre associação de indivíduos, com fins de produção e distribuição de bens produzidos e tendo em vista a eliminação de toda a tendência autoritária através da criação da autogestão, a partir de baixo”.⁴

A **autogestão**, tida por Paul SINGER como a principal característica da Economia Solidária, tem origem no século XIX.

Norberto BOBBIO diz que autogestão pode ser compreendida no sentido amplo ou restrito. Restrito, se considerarmos a gestão democrática e cooperativa de uma organização econômica específica, na qual todos os trabalhadores detêm o poder de decisão sobre todos os aspectos relativos ao empreendimento.

No sentido amplo, autogestão se refere à transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais: um novo modelo de sociedade, cujas pessoas sejam livres e iguais.⁵

Já o cooperativismo autêntico,⁶ nascido também no século XIX, na Inglaterra, constitui-se também em um antecedente da Econo-

⁴ BOBBIO, Norberto *et. al.* **Dicionário de Política**. 5.ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.26

⁵ *Ver* BOBBIO, *op.cit.* p. 74 e GUILLERM & BOUDET. **Autogestão**. P. 46-54.

⁶ Ressaltamos o adjetivo “autêntico” porque hoje, há cooperativas que nada têm de Economia Solidária. São as chamadas por Paul SINGER de cooperativas “degeneradas”, aquelas que se pautam por princípios e práticas típicas capitalistas.



mia Solidária. As cooperativas, na época, uniam-se aos sindicatos e lutavam por melhores condições de trabalho, além de desenvolverem práticas econômicas diferenciadas, fundadas na cooperação, solidariedade e autogestão.

Estas são algumas pistas que ajudam a encontrar os primórdios da Economia Solidária e já foram abordadas no Caderno IV desta coleção: “As utopias em torno do Trabalho”. A seguir, vamos estudar algumas idéias e experiências contemporâneas. Demos preferência aos intelectuais latino-americanos, que estão próximos a nós.

O que autores contemporâneos pensam sobre a economia solidária?

Antes de tudo, vamos estudar melhor os conceitos de “solidariedade” e “economia”

O termo “solidariedade” pode ser compreendido como: (a) “ligação indissolúvel entre elementos de um mesmo organismo ou sistema”, (b) responsabilidade comum, (c) fraternidade ou (d) coresponsabilidade. Portanto, contrapõe-se à competição e ao individualismo.⁷

Quanto ao vocábulo “economia”, Marcos ARRUDA recupera a noção grega de “gestão da casa”, tendo sido o termo deturpado, passando a se relacionar à acumulação de riqueza material. Este

⁷ ARRUDA, Marcos. **Humanizar o supra-humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária.** Petrópolis, Vozes, 2003, p.226.



autor lembra que economia nada mais é do que formas diferentes, de acordo com os contextos históricos e socioculturais, de como a sociedade se organiza e utiliza os recursos naturais na busca pela produção e reprodução da vida. Questiona a pretensão da economia capitalista querer se constituir como a única forma possível de organização.

Marcos ARRUDA prefere chamar as experiências econômicas não-capitalistas de “*socioeconomia solidária*”, para ressaltar que a economia deve estar submetida ao social. Para ele, trata-se de um “... *sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária, a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e de espécie.*”⁸

Para Paul SINGER, a autogestão é o principal marco diferencial entre uma empresa capitalista e uma experiência de economia solidária, pois atinge frontalmente o principal alvo da crítica ao capitalismo: o poder ditatorial. Trata-se de renunciar à administração hierárquica tradicional e tomar as decisões de forma coletiva. Na administração autogestionária, as informações são socializadas e as orientações fluem de baixo para cima. A autoridade máxima, na economia solidária, é a assembléia. O que o grupo decide deve virar lei!

⁸ Idem, p.231-2.



Paul SINGER lembra que todos os trabalhadores devem assumir responsabilidades por todo o processo e isso significa romper com o que Paulo FREIRE chama de cultura do silêncio⁹: significa rejeitar as próprias relações capitalistas, de mando e submissão. O maior inimigo da economia solidária é, para SINGER, o desinteresse do trabalhador em se manter informado e participar na tomada de decisões.

As relações tradicionais de emprego inibem a criatividade e a participação, condicionando o trabalhador a permanecer passivo. Esta atitude, tal qual um círculo vicioso, faz com que ele assuma uma postura de inferioridade, julgando-se incapaz de participar. Isto pode levar a que se imponham relações de autoritarismo, porque sempre quando há um lugar vago, este é ocupado. Se o trabalhador não ocupa o seu espaço, se ele não se posiciona, alguém fará isso por ele.

Este é o principal motivo pelo qual necessitamos atuar de forma pedagógica, se nosso compromisso é construir uma Economia Solidária. Através da Teoria da Ação Dialógica proposta por Paulo FREIRE,¹⁰ julgamos ser possível que se rompa com o mutismo dos trabalhadores e eles possam ocupar, na sociedade e no grupo do qual eles fazem parte, o espaço que lhes é de direito.

⁹ Paulo FREIRE fala sobre a “cultura do silêncio” que foi difundida no Brasil desde o seu descobrimento: silêncio imposto por meio da violência, da inexistência de democracia.

¹⁰ Ver Caderno 1 desta coleção, que trata da pedagogia de Paulo Freire.



Redes de Colaboração Solidária

Euclides MANCE defende a proposta das “Redes de Colaboração Solidária”: uma estratégia de organização pautada, em especial, no consumo solidário. Sendo a célula (unidade produtiva) a unidade básica da rede, cada uma se conecta à outra, em movimentos de produção e consumo, articulando-se em laços de realimentação, buscando o fortalecimento mútuo.¹¹

As Redes de Colaboração Solidária têm o objetivo, segundo MANCE, de “...gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e construir uma nova sociedade em que não haja a exploração das pessoas ou a destruição da natureza.”¹²



Símbolo da Rede de Colaboração Solidária
(Elaborado pelo IFIL – Instituto de Filosofia da Libertação)

¹¹ Ver MANCE, Euclides. **A revolução das redes. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis, Vozes, 2000. P. 28-31

¹² MANCE, Euclides. **Redes de Colaboração Solidária.** Como gerar trabalho e renda em nossa comunidade. Cartilha – Curitiba, IFIL, 2000.



De **forma resumida**, apresentamos os passos e orientações gerais que MANCE propõe para constituir uma **Rede de Colaboração Solidária**:¹³

1. os participantes se comprometem a comprar produtos e serviços da própria Rede;
2. o excedente deve ser reinvestido na rede, para aumentar a oferta solidária de produtos e serviços;
3. organização de grupos de compras conjuntas: com o desconto obtido na compra por atacado, pode-se organizar um fundo para atender às próprias demandas;
4. organização de lojas e armazéns solidários, em diversos bairros, que facilitem o comércio de produtos feitos nas Redes Solidárias;
5. compra em conjunto de insumos, compartilhando equipamentos e instalações, o que reduz os custos e aumenta o excedente produzido;
6. criação de cooperativas para atender às demandas, formando cadeias produtivas (exemplo: padarias comunitárias sendo abastecidas por ovos de uma granja criada com o apoio da Rede para atender a essa demanda);
7. aumentar a diversidade de produtos e serviços, convidando, para montar uma rede local, clubes de mães, hortas comunitárias, cooperativas populares, etc.;

¹³ Os 13 passos que apresentamos, de forma resumida, constam na Cartilha referida acima (nota 13)



8. quanto mais se distribuir o excedente na Rede, mais os produtos serão consumidos e maiores as oportunidades de trabalho;
9. todos que consomem produtos e serviços de empresas que exploram os trabalhadores e destróem o equilíbrio ecológico, também são responsáveis por esses danos. Praticar o consumo e trabalho solidários é o jeito de enfrentar o capitalismo, construindo a nova economia solidária;
10. trabalho responsável, com participação em todas as decisões sobre o quê e como produzir, o resultado do trabalho e sua repercussão na sociedade e no meio ambiente; todos recebendo remuneração justa e o excedente compartilhado com a Rede, para possibilitar que mais pessoas possam viver dignamente de seu próprio trabalho;
11. contrariamente à idéia capitalista de acumular lucros, as redes solidárias compartilham de maneira justa e fraterna os excedentes, distribuindo a riqueza, que amplia o consumo e gera novas oportunidades de trabalho;
12. com o crescimento das redes, a tecnologia será incorporada, não para provocar o desemprego, e sim para aumentar o tempo livre das pessoas, a fim de se dedicarem a atividades criativas, afetivas, de lazer, etc.;
13. trabalhando e consumindo em Redes de Colaboração Solidária, é possível um desenvolvimento sustentável (ecológica e socialmente), assegurando a todos, condições para seu bem viver e a livre realização da sua dignidade humana.



Economia Popular X Economia Popular Solidária: não são a mesma coisa!

Grande parte da população sofre os efeitos devastadores do desemprego, que se apresenta como problema central do mundo contemporâneo. Por isso, as pessoas criam diversas estratégias econômicas para assegurar a sobrevivência e suavizar as severas condições de vida. Tais ações econômicas dos setores populares compõem a **economia popular**.

O autor Luiz RAZETO aponta cinco tipos de iniciativas populares que podem se manifestar:¹⁴

- (a) soluções assistencialistas (mendicância, subsídios, filantropia, práticas direcionadas a setores de extrema pobreza);
- (b) atividades ilegais e com pequenos delitos (prostituição, furtos, venda de drogas e outros);
- (c) atividades informais, como comércio ambulante, serviços domésticos eventuais, guardadores de automóveis, catadores de papel (pode haver vínculo com o mercado formal);
- (d) microempresas e pequenos negócios de caráter familiar: lojas, oficinas, bares etc.;
- (e) organizações de pequenos grupos que atuam de forma associativa e solidária, para atender às suas necessidades econômicas, sociais e culturais mais imediatas. Geralmente,

¹⁴ RAZETO, Luiz. *Apud* TIRIBA, Lia Vargas. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, *et. al.* **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 2002. P. 195.



estão vinculadas a paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares.

Pode-se perceber que há um amplo e complexo universo da economia popular. Por isso, a necessidade de delimitar o que seja verdadeiramente a economia popular **solidária**.

É preciso ter claro que **nem toda economia popular é solidária, e nem toda economia solidária é popular**.

A autora Lia Vargas TIRIBA ressalta a necessidade de se considerar, nas experiências de Economia Popular Solidária, o que ela chama de “**fator C**”: **cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, coletividade, coordenação...** Para TIRIBA, estes “...são os valores que caracterizam uma ação conjunta e solidária. Do mesmo modo, nem toda economia de solidariedade é economia popular, uma vez que é possível encontrar elementos de solidariedade em outras organizações e em outras atividades econômicas de estratos sociais não populares. Entendendo a economia popular de solidariedade como um ponto de interseção entre a economia popular e a economia de solidariedade, as OEP¹⁵ seriam concebidas como um modo de fazer a economia tendo como tendência (e não necessariamente como realidade) um modo de produzir, distribuir bens e recursos, e de consumir alternativos ao capital.”¹⁶

¹⁵ OEP = Organizações Econômicas Populares. TIRIBA, op.cit. p. 198

¹⁶ TIRIBA, Lia Vargas. *Op.cit.*,p. 199.



REFLEXÕES SOBRE A EXCLUSÃO

Quem são os excluídos?

Quando falamos “Economia Popular Solidária” já sabemos que se trata de organizações econômicas solidárias, autogestionárias, nas quais participam os segmentos mais pobres da população. Pobreza lembra exclusão – termo muito utilizado na atualidade. Ou, opressão, como nomeava Paulo FREIRE.

O excluído é um “ser à parte”, o fenômeno da exclusão tem a ver com apartação social. Excluir é separar o outro não apenas como um desigual, mas como um “não semelhante”, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços etc., mas do gênero humano. É uma forma contundente de intolerância social.¹⁷

A opressão contemporânea é diferente das formas anteriores de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção.

Os “novos” excluídos são como seres descartáveis,¹⁸ deles não se necessita nem para serem explorados – são os que CASTEL¹⁹ chama “inúteis do mundo”.

¹⁷ CRISTÓVÃO BUARQUE. **A revolução das prioridades**. Instituto dos Estudos Econômicos (INESC), 1993.

¹⁸ Termo utilizado por CHAUI, Marilena. Introdução à obra de Paul LAFARGUE: **O direito à preguiça**. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 2000.

¹⁹ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 2001.



Manoel Paiva, Módulo: TEMAS BÁSICOS DE ARITMÉTICA E ÁLGEBRA

São várias as situações descritas como de exclusão, que representam diversas formas e sentidos. Sobre essa palavra se coloca inúmeros processos e categorias, ou seja, pessoas idosas, minorias étnicas ou de cor, deficientes, desempregados de longa duração, jovens que não conseguem o primeiro emprego, mendigos e pedintes, moradores de rua, sem teto, sem terra, catadores de papel, pessoas com dependência química. Enfim, são todos aqueles rejeitados e sem direito a uma vida digna.



Para a ONU (Organização das Nações Unidas), pobres indigentes são pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia.

Pelos critérios do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), são pobres todos os brasileiros cuja parcela do orçamento gasta com alimentação não cobre suas necessidades calóricas.

Segundo o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), é pobre a família que tem uma renda *per capita* de $\frac{1}{2}$ (meio salário mínimo). No ano de 2000, foi identificado no Paraná um total de 584.420 famílias em situação de pobreza (20,87% famílias do Estado), ou seja, um contingente de 2.194.969 pessoas (23,1% da população estadual). Deste total, 67% residiam em áreas urbanas e 33% em áreas rurais.

Para o “deus mercado”, excluídos são os que estão fora do mercado de trabalho. No capitalismo excludente, são todos os “descartáveis” e incômodos politicamente; são ameaçadores, socialmente perigosos e ingratos. Não são simplesmente pobres, mas bandidos e marginais. Desnecessários economicamente e despreparados. Os que não têm condições de competir e nem de consumir. São os trabalhadores que, depois de terem construído riquezas ao longo dos séculos, possibilitando a acumulação capitalista, são agora “jogados fora”.

Os mitos que versam sobre os oprimidos muitas vezes se tornam “senso comum” e precisamos rompê-los. Ouvimos dizer que, para libertar, basta promover cursos de capacitação para que os mais pobres possam aprender a pescar. Ouvimos dizer, também, que “dar o peixe” é prejudicial porque torna a pessoa acomodada, sem querer saber de “pescar”.



Para resolver o problema da exclusão basta “ensinar a pescar”?

Paulo FREIRE lembra que *“...de nada adianta ensinar a pescar, se quem pesca não pode comer o que pescou. Se pesca para que o outro coma. Se pesca para que o fruto de sua pesca entre na circulação que conduz o lucro para as mãos de uns poucos. Sem dúvida, ENSINAR A PESCAR é muito mais pedagógico do que DAR O PEIXE. Mas, será uma pedagogia estéril e conivente com o sistema capitalista se este SABER PESCAR não estiver inserido numa sociedade onde quem pesca possa comer o que pescou. E é esta a nova palavra de ordem da educação para a liberdade: QUEM PESCA, QUE POSSA COMER O QUE PESCOU... e repartir com seus irmãos e festejar com seus irmãos numa mesa farta. Mesa esta fruto do seu trabalho, onde comam todos os que produziram e não apenas se satisfaçam com as migalhas da mesa dos que nunca produzem o que comem.”*²⁰

Qual é o papel da Igreja no enfrentamento da pobreza?

O Bispo de Juazeiro – Bahia, Dom José Rodrigues de Souza, em 1982, falava sobre a pedagogia da Igreja, e apontava três formas possíveis de ação no trabalho com os mais pobres:

A primeira, é a esmola. Nas palavras do Bispo, : *“É tradição bíblica, tanto do Antigo como do Novo Testamento. Ainda hoje,*

²⁰ FREIRE, Paulo. **Cartilha de Educação Popular**. 2.ed. São Paulo, Equipe Todos Irmãos, 1985.



existem casos que devem ser socorridos pela esmola. Esses casos deveriam ser assumidos pela comunidade e não por indivíduos isolados.

A segunda, é a promoção social: “Crescendo as necessidades, viu a Igreja que dar esmola não resolvia a questão da pobreza. Viu a necessidade de promover as pessoas, suas qualidades e dotes, para que elas mesmas providenciassem seu sustento. Daí os slogans: ‘não dar o peixe, mas dar o anzol ao pescador’. ‘não dar comida, sopa, aos pobres, mas dar a enxada, o instrumento de trabalho’, para que eles mesmos providenciem sua sobrevivência.”

*A terceira, é a **ação política**: “nos últimos anos, viu a Igreja que não basta promover as pessoas, mas que é preciso ajudá-las a se libertarem da situação em que são forçadas a viver. Por exemplo: que adianta dar o anzol ao pescador, se as águas de nossos rios estão sendo poluídas pelas grandes indústrias? Que adianta, na nossa região, dar anzol ao pescador se no grande Lago de Sobradinho, o peixe é comercializado pelas grandes empresas? Que adianta dar enxada ao lavrador, se as terras são griladas pelos poderosos e se concentram nas mãos dos grandes latifundiários? Viu, então, a Igreja que o povo é pobre não porque quer ou porque é preguiçoso ou vagabundo, mas porque é tornado pobre pelas estruturas injustas de nossa sociedade. É o que afirma o Documento de Puebla, repetindo as palavras vigorosas do Papa João Paulo II: ‘A pobreza desumana que reina na América Latina é produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas que criam ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres.”*



“Portanto, não basta a conversão pessoal, mas é necessária a conversão social, que leve a uma ação política para transformar as estruturas de nossa sociedade.”²¹



Edição nº 52, de 25 de janeiro de 2002, REVISTA TUDO

A miséria espanta em qualquer lugar do mundo, mas no caso brasileiro é inaceitável.

Os efeitos da competição capitalista no aumento da exclusão²²

A competição capitalista gerou e gera milhões de perdedores e pouquíssimos vencedores. Os poucos vencedores, sempre se destacam: são os empresários bem sucedidos, os latifundiários e tantos outros que acumulam força, dinheiro e poder.

²¹ Texto extraído da Cartilha de Educação Popular – ref. 21.

²² Ver Paul Singer: **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2002



São vencedores, no sistema capitalista, aqueles que detêm melhores “armas” para competir, como: boa aparência, escolaridade, experiência profissional, saúde, sorte etc. Lastimável que estas pessoas, que conquistam um bom “lugar ao sol”, acreditem que possuem um mérito que as torna superiores às demais.

No Brasil, os “vencedores”, em muitos casos, são herdeiros daqueles que primeiro saquearam os recursos naturais brasileiros: os metais preciosos, o pau-brasil, a energia dos índios, dos escravos negros, imigrantes e operários pobres.

São “vencedores”, também, os herdeiros das primeiras terras que foram indevidamente apropriadas, tomadas dos índios para fazer os engenhos de açúcar, criar gado e outros produtos que geravam muito lucro.

Por outro lado, os milhões de “perdedores” da competição capitalista são aqueles que acumularam desvantagens no decorrer da vida, no decorrer dos séculos. São os descendentes dos negros escravizados, dos índios massacrados, dos imigrantes enganados, dos assalariados explorados.

Paul SINGER²³ lembra que várias perdas levam à fragilização das pessoas. Os vencidos, que acumulam tantas derrotas consecutivas, perdem a auto-estima e a vontade de viver. Como são chamados de preguiçosos, acabam muitas vezes acreditando que são mesmo incompetentes e desistem de lutar.

O simples ato de procurar emprego é uma situação de *stress*. Para cada vaga oferecida há centenas de candidatos. Todos os que “sobram” vão acumulando perdas e a cada uma delas se tornam mais e mais humilhados.

²³ Idem.



Fila de desempregados em busca de uma vaga. O desemprego crítico leva milhares de pessoas a concorrerem a uma vaga qualquer, quase sempre fora de suas profissões, e a um salário de fome. A maioria dessas pessoas ignora a causa de sua situação.

A competição capitalista, na atualidade, carrega consigo uma violência que se dá no plano **subjetivo**: deixa de existir clareza nos papéis de relação vítima x algoz. Se no período colonial a vítima era o escravo negro e o algoz era o feitor ou o senhor de escravos – se nas grandes fábricas do século XIX as vítimas eram os operários explorados e os algozes eram os industriais, neste início de milênio se conhece a existência de vítimas mas não se tem clara a figura dos algozes.

Muitas vezes, nem mesmo se reconhece a existência de vítimas, mas coloca-se sobre elas a responsabilidade sobre sua própria miséria. Quando se lança acusações, chamando os mais pobres de “acomodados”, preguiçosos, incompetentes, se está transformando as próprias vítimas em algozes de si mesmas.

Quando não se reconhece que há vítimas, também o papel de

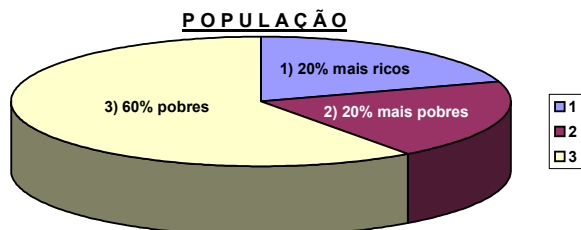


algoz se torna obscurecido. Quem são os agentes que causam a exclusão, a miséria, a opressão? Quem são os responsáveis pela fome, pela morte prematura de crianças, a morte por falta de medicamentos e cuidados médicos adequados, pelo desemprego que extrai as condições de sobrevivência? Contra quem lutar? Como lutar?

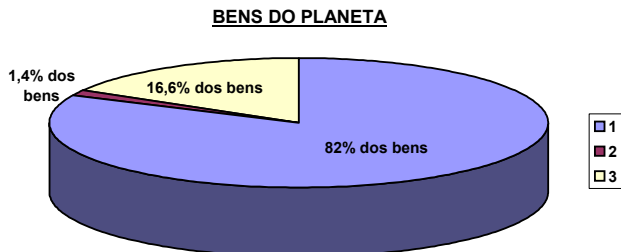
Quem exclui?

A opressão resulta dos modos de produção que têm como objetivo a acumulação e não a vida.

O retrato da desigualdade social, em âmbito mundial, pode ser apresentado da seguinte maneira: 20% da população mais rica do mundo detêm 82% da riquezas do Planeta, enquanto 20% da população mais pobre detêm somente 1,4%. 60% dos pobres se apropriam de 16,6% das riquezas restantes. Veja o gráfico abaixo, que representa bem esta distribuição.



Human Development Report, 1992. In: DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação.



Human Development Report, 1992. In: DUSSEL, Enrique.
Ética da Libertação.



Alimentação para quem?²⁴

A produção mundial de cereais, atualmente, serve prioritariamente para alimentar animais que serão consumidos pelas classes abastadas e a maior parte das terras aráveis têm esta finalidade.

Houve uma transição: se a agricultura era uma prática que tinha como objetivo produzir alimentos para a humanidade, agora ela tem como objetivo maior produzir alimentos para ração animal. **É um fenômeno agrícola novo: produz-se para animais, e não para pessoas**, e tudo ocorreu de uma forma tão silenciosa que nem sequer houve um debate mais aprofundado sobre tal transição efetuada nas políticas agrícolas de utilização da terra.

O boi é o animal que mais consome alimentos e a maior parte deste alimento não se converte em carne: somente 11% da alimentação que um bovino consome são transformados em carne. O restante é queimado como energia. As proteínas vegetais produzidas na agricultura são proporcionalmente maiores do que as obtidas através da carne animal. No Brasil, a produção de milho e soja, em especial, destina-se prioritariamente à exportação, e estes alimentos, em grande parte, se tornarão ração animal.²⁵

A carne é um ótimo negócio, e os principais consumidores são os mais ricos. Segundo BELUZZO, *“A decisão de utilizar a terra para criar uma cadeia alimentar artificial, a mais injusta da história, fez desaparecer na miséria centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.”*²⁶

²⁴ Extraído do Boletim CEPAT Informa, n. 87, p. 85-90. Artigo de Jeremy Rifkin.

²⁵ Idem, p.87.

²⁶ Idem, p. 87.



Julio Bernardes / Reflexo

A produção de alimentos volta-se cada vez para a ração de gado.

Nos países mais pobres, enquanto pessoas morrem de fome, a terra lavrável é utilizada para gerar alimento para o gado que será consumido pelos países ricos. Enquanto a fome aumenta, o gado engorda. Veja as informações abaixo:

- ❑ 80% das crianças famintas do mundo vivem em países que produzem excesso de alimento, dentre eles o Brasil. Cerca de 60% das mortes infantis se devem à fome crônica;
- ❑ 36% dos cereais produzidos no mundo são para animais e esta proporção aumenta a cada dia;
- ❑ Aumenta o número de mortes e doenças causadas pelo consumo abusivo de produtos de origem animal (*hamburgers*, etc.) - 61% dos norte-americanos são obesos e 300 mil morrem prematuramente a cada ano, por excesso de peso e devido a dietas ricas em gorduras;



- ❑ Cerca de 18% da população mundial se alimentam demais, enquanto aproximadamente o mesmo número de pessoas não têm alimento suficiente.
- ❑ Perto de 20 milhões de pessoas no mundo morrem a cada ano devido à fome e às enfermidades a ela relacionadas e 1 bilhão de pessoas sofrem de desnutrição.

A desigualdade no Brasil

Na reflexão de Lauro JARDIM, no *Jornal Brasil de Fato*, “...a distribuição extremamente desigual da renda e do patrimônio, com os níveis de concentração mantidos praticamente inalterados nas últimas décadas, foi meticulosa e premeditadamente construída ao longo do tempo, por decisões de governos em favor de grandes grupos, por subsídios e perdões de impostos concedidos aos mais favorecidos, pela cobrança injusta de impostos sobre os salários, cortes de despesas e de investimentos sociais para economizar recursos e pagar juros aos credores do governo.” Acrescente-se que “*não faltaram condições materiais e meios objetivos para reduzir a iniquidade*”.²⁷

A economia cresceu 13 vezes entre 1950 e 2001, no Brasil. As riquezas continuaram sendo produzidas e cresceram 34 vezes neste período. No entanto, a riqueza já existente, as novas riquezas geradas pelo país e a renda criada no período, foram apropriadas concentradamente por minorias gananciosas.²⁸

²⁷ Jornal Brasil de Fato, 25 de setembro a 01 de outubro de 2003. **O Brasil tem 150 milhões de excluídos.**

²⁸ Idem



Há, no Brasil, um povo empobrecido sobre uma terra rica em recursos naturais, em potencial energético e em força humana. As classes dominantes funcionam como sanguessugas entre os trabalhadores e os mercados mundiais. A preocupação com o pagamento dos juros da dívida externa leva à retração nos investimentos sociais e aprofunda a pobreza.

CLUBES DE TROCA “UM GRITO NO SILÊNCIO”

Vimos alguns dados sobre a desigual distribuição de riquezas no mundo, que ocorre devido a um modo de produção que não leva em conta a vida, mas sim a acumulação de capital.

Vimos também que os trabalhadores sempre reagiram a esta situação, e criaram várias experiências de Economia Solidária: alternativas não capitalistas que se contrapõem à ditadura do capital, à competição que exclui e à depredação da natureza.

Os Clubes de Troca fazem parte deste amplo universo da Economia Solidária. Há também as padarias comunitárias, empresas autogestionárias, as cooperativas autênticas.

Vamos tratar aqui, daqueles Clubes de Troca realizados entre as pessoas mais pobres e já podemos dizer que estamos diante de uma experiência de “Economia Popular Solidária”.

O que são Clubes de Troca? Como surgiram?

Um Clube de Troca nasce quando um grupo de pessoas decide se encontrar, juntar as necessidades de produzir e consumir, formar



autogestão. Ou seja, pessoas que têm algo para “oferecer” e ao mesmo tempo, precisam receber. Os participantes trocam valores, saberes, objetos e serviços entre si, usando a moeda social como meio de facilitar as trocas.

É uma busca coletiva pela sobrevivência, ocupando espaço para construção da cidadania, questionando o sistema que oprime, criando relações não capitalistas, semeando um novo modelo de sociedade.

Os Clubes de Troca tiveram origem simultaneamente no Canadá e na Argentina.

O primeiro Clube de Troca no Brasil foi inaugurado em 1998, na periferia de São Paulo. Logo a experiência se espalhou para outros Estados.

No Paraná, o primeiro Clube de Troca surgiu em 2001, no bairro do Sítio Cercado. Recebeu o nome de “Pinhão”, mesmo nome da moeda social, que é utilizada em vários outros Clubes de Troca em Curitiba e outras cidades do Paraná.

Em 2002, surgiu o primeiro Clube de Troca realizado nos espaços nos quais há a disponibilidade de alimentos providos de doações. Rapidamente, esta experiência foi difundida para várias Paróquias e organizações.

Nestes casos, o alimento é partilhado no grupo de trocas, e passa a ser administrado pelos próprios participantes do grupo.

O que é moeda social?

Moeda social é o instrumento criado exclusivamente para facilitar as trocas. Só tem validade nos Clubes de Troca.



Cria-se a oportunidade de questionar o “dinheiro” que, para o sistema capitalista, é a medida de todas as coisas. A moeda social rompe com isso, porque é um simples meio de facilitar as trocas. Nos clubes de troca, quem está no “centro” é o ser humano.



Esta é a moeda social chamada “Pinhão”, utilizada nos Clubes de Troca de Curitiba e outras cidades do Paraná.

A moeda social é recebida como empréstimo: quando a pessoa entra no grupo de troca, “se associa”, tendo como compromisso levar para as trocas no mínimo 05 itens (produtos), sendo pelo menos um feito pelas próprias mãos. O ato de produzir algo com as próprias mãos favorece e incentiva a criatividade, a auto-estima, a valorização do trabalho.

O que acontece nos Clubes de Troca?

A dinâmica dos Clubes de Troca²⁹ acontece em cinco ou seis etapas, conforme haja disponibilidade ou não de alimentos provenientes de doação:

²⁹ Descrevemos a dinâmica dos Clubes de Troca “Pinhão”, que acontece em Curitiba e em outras cidades do Paraná, em especial na Região Metropolitana. Há várias metodologias de Clubes de Troca nas diversas partes do mundo.



Acolhida

As reuniões sempre se iniciam com uma acolhida, animada pelas pessoas do próprio grupo, que se dividem em equipes rotativas. Pode se dar sob a forma de boas vindas, palmas, apertos de mão, música, oração. É comum a prática do “minuto de silêncio”, que possibilita orações individuais, em respeito à pluralidade de crenças.

Mística

Momento de formação com dinâmicas, problematização e muita escuta. As pessoas vão descobrindo que são importantes na construção do novo, sentem-se sujeitos. A mística – prática difundida nos movimentos sociais – anima e favorece a reflexão diante do quadro social desolador, onde reina o fatalismo. Com a mística, fica mais fácil aflorar a solidariedade, a reflexão e o cultivo da esperança.



Clube de Troca “Estrela da Manhã, Colombo, Paróquia N. Sra. das Vitórias.



Apresentação

Os “prossumidores” (produtor e consumidor), apresentam-se a si e os produtos, saberes e serviços que cada um levou para o encontro. O trabalhador mostra o produto de seu trabalho, numa contraposição ao modo de produção capitalista, que relega ao trabalhador um papel secundário. É importante que todos se tratem como seres humanos, pelo nome. O modo de produção capitalista insiste em dispor as pessoas em fila, e as trata por números. Na Economia Solidária não pode ser assim.

Trocas solidárias

O que se troca nos Clubes de Troca? Nestes espaços se troca muito mais do que roupas, alimentos, artesanato, serviços. Há também a troca de *amor, carinho, olhares, abraços, idéias, experiências, informações, alegria, aconchego, escuta, vida*.³⁰ Isto mostra que a dimensão do *imaterial*, do afetivo, é marcante nesses espaços, convivendo com o material e, muitas vezes, sobrepondo-se a este.

Encaminhamentos

Findo o momento das trocas, é hora de dividir as tarefas para o próximo encontro e fazer uma avaliação. O que precisa melhorar? O que foi bom? O que se quer para o próximo encontro? Em geral, esta etapa ocorre em forma de assembléia, devido às questões apresentadas pelo grupo e à necessidade da tomada de decisões. É o momento de debate, críticas, posicionamento, votação, deliberação. Um espaço privilegiado para o exercício democrático.

³⁰ Estas são palavras dos construtores dos Clubes de Troca



Paul SINGER diz o seguinte: *“Assumir o poder de participar das decisões e portanto de estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador.”*³¹

Partilha

O último momento é o da partilha do alimento doado pela comunidade, usando a moeda social.

Este alimento deve ser administrado pelos próprios prossumidores, não deve ficar exclusivamente sob os cuidados de animadores, voluntários da Ação Social e outras lideranças comunitárias.

O alimento é adquirido por cada participante, segundo a necessidade e quantidade disponível no momento. Deixa de ser uma forma humilhante de receber o alimento na “fila”. O alimento não é empacotado e “escondido” por alguém e depois oferecido, mas compartilhado na presença de todos.

Como se constrói a autogestão e solidariedade nos Clubes de Troca?

É importante a participação de todos, e não existe um padrão pré-estabelecido. Cada grupo vai construindo seu jeito de ser e se de corrigir, conforme vai caminhando. As decisões são sempre coletivas. As práticas desenvolvidas são inspiradas na pedagogia proposta por Paulo FREIRE. Procura-se desenvolver conjuntamente a ação dialógica, na perspectiva de desenvolver o ato de “ler” e transformar a realidade.

³¹ SINGER, P. *Economia Solidária no Brasil*. P.18



Todo o grupo deve ter suas próprias normas, construídas coletivamente, de forma simétrica, após debate. Há grupos que possuem estatuto e regimento interno.

É comum produzir faixas ou *banners* dispostos em locais visíveis, contendo as regras, para que todos possam delas se lembrar e os novos integrantes e visitantes as conheçam.

Repetimos: o que o grupo decide deve virar lei. Isso não impede, portanto, que as regras sejam revistas eventualmente, tão logo se tornem ultrapassadas diante das novas situações que se apresentam.

As **equipes rotativas de trabalho** também se tornam necessárias para que se efetive a autogestão. Os coordenadores ou animadores que administram a moeda social e o alimento, que atuam na animação das reuniões e executam outras atividades necessárias, devem ser eleitos democraticamente. O mandato não deve ser longo, para que todos tenham a oportunidade de passar por esta função.

Se o modelo capitalista exclui, cria indivíduos isolados, egoístas e preocupados com o lucro, os Clubes de Troca atuam de forma contrária: **animam, reúnem, criam laços de solidariedade, consciência de grupo, valorização do ser humano.**

Primeiramente, se parte da primeira necessidade básica: lutar por comida. Só então é possível lutar contra o sistema que exclui. Mas isto não basta! É preciso ir plantando sementes de uma nova sociedade.



DIREITOS SOCIAIS X ASSISTENCIALISMO

Revendo alguns conceitos

O momento final dos Clubes de Troca que contam com alimento proveniente de doação, é o momento da partilha. Este é um assunto delicado, porque se está acessando alimentos que são doados pela comunidade, e surge o debate sobre a questão do assistencialismo. Afinal, o que é assistencialismo?

Muitas vezes entramos em conflito no desenvolvimento de nossas ações porque não queremos ser “assistencialistas”, não queremos “dar o peixe”, deixar as pessoas “acomodadas” por receberem alimentos sem que seja pelo resultado do seu trabalho.

Esta questão merece ser objeto de reflexão, e para isso, novamente vamos “chamar” Paulo FREIRE, porque ele costuma contribuir quando aparecem os dilemas. A fala de FREIRE, que reproduzimos abaixo, vai nos ajudar a deixar as coisas mais claras:

Eu acho que a gente precisa fazer uma revisão desse negócio de assistencialismo e libertação. Eu tenho a impressão de que é um absurdo que alguém deixe uma família morrer de fome porque não é assistencialista, porque a libertação não é dar comida. Mas é de lascar! Você já imaginou que eu diga a um filho meu: ‘olhe, meu velho, eu podia até dar-lhe uma mãozinha agora, para você não cair na janela. Se eu segurá-lo na janela, e você estiver no 6º andar, você não terá a oportunidade de decidir por si só... assim, você fica aí e resolve se cai ou não. E o cara se atira, lá de cima, em nome da liberdade dele. Não dá! Uma coisa é você ter uma prática assistencialista enquanto modelo de ação e a outra coisa é você ter uma necessária solidariedade humana. Eu te confesso que para mim era inviável dormir se eu soubesse que deixei o



cara com fome em nome da minha ideologia. Eu acho que isto é profundamente estreito.”

*“(...) o sujeito que tem fome por causa de uma operação de amígdalas ou tem fome porque está fazendo dieta e quer ficar bonito, não sabe o que é passar fome. Ou quem faz jejum na semana santa e come uma lauta bacalhoadá. Fome, você sabe quando você tem fome e não sabe quando vai comer. Há um espaço indefinido entre a carência de comida e a possibilidade de superá-la. E esse espaço é indeterminado. Daí o cara sabe o que é passar fome. Eu acho impossível a mim dizer ao cara que chega dizendo que está com fome: ‘não posso fazer nada, porque não sou paternalista’. Agora, atendendo o cara, é necessário trabalhar imediatamente com ele na comunidade. **E, ao mesmo tempo, discutir a dimensão política dessa fome. Eu acho que teria a oportunidade de dizer todo dia: ‘você estão vendo o que é o sistema?’**”³²*

No Clube de Troca, portanto, é isto o que acontece. O alimento significa VIDA. Por meio do alimento obtido por doação e do trabalho que cada um realiza com suas próprias mãos, por meio da troca, das reuniões, as pessoas têm o direito de fazer o que Paulo FREIRE diz: discutir a dimensão política da fome. Descobre-se que há uma sociedade desigual, que prioriza alimentar o gado, que prefere pagar juros da dívida externa a investir em educação, saúde, habitação popular. A partir disso, é possível sonhar com o mundo diferente e trabalhar para que o sonho se realize.

³² Cartilha Educação popular, p. 18, Já citada.



O que é assistencialismo?

O “assistencialismo” é definido por COLIN e FOWLER como “... *prática de assistência através de benesses, de favores, de doações caridosas. Entre o concedente, o sujeito do assistencialismo, e o beneficiário, o sujeitado, estabelece-se uma relação de dependência, na qual o sujeito age como se fora proprietário de um bem que é, por ato de extremo desprendimento e bondade, transferido ao subalterno. Com isso, o sujeito busca ganhar o reconhecimento e a dívida de favor do tutelado, que permanece sob sua vontade*”.³³

O tipo de relação clientelista que se trava usualmente entre estas populações “assistidas” e os seus “beneficiários” são descritas por YASBEK: “*Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida.*”³⁴

Origens do assistencialismo

O tipo de relação exposto acima por YASBEK, tido como um padrão arcaico, pode ser analisado a partir da herança escravista

³³ COLIN, Denise Ratmann Arruda; FOWLER, Marcos Bitencourt. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social anotada**. São Paulo : Veras, 1999. P.12-14.

³⁴ YASBEK, Maria Carmelita. 2.ed. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, Cortez, 1996.



no Brasil, quando dos negros era exigida lealdade e “gratidão” aos seus senhores. Mesmo liberto, um escravo deveria prestar favores aos senhores, sob pena de ser revertido o processo de sua libertação. A liberdade era vista como “doação” e as leis abolicionistas apareciam como “benesses”. Na própria carta de alforria invariavelmente constava ameaça de revogação ao escravo que fosse “ingrato”.³⁵

Isso se perpetua como chaga na cultura brasileira. Ao analisar a ideologia do trabalhismo, Adalberto PARANHOS³⁶ aborda o “mito da doação” na época do governo de Getúlio Vargas: as leis trabalhistas se impuseram como “dádiva do céu” mas na verdade significaram uma tentativa de abafar as lutas dos trabalhadores por seus direitos. O título de “pai dos pobres”, a imagem de um “Estado-pai” que “concede” direitos sociais, o anúncio de leis “protetoras” do trabalhador e a propaganda dessas leis constituiu-se em intenso trabalho ideológico, com a manutenção da cultura do paternalismo, da tutela, da troca de favores.

E os direitos sociais?

A partir da Constituição Federal de 1988, a seguridade social (saúde, previdência e assistência social) foi tida como direito de cidadania e dever do Estado. No entanto, isso não se concretizou. Enquanto a Carta Magna proclama a universalidade dos direitos sociais, os organismos internacionais prescrevem políticas focalizadas de atendimento à pobreza extrema.

³⁵ NAQUETE, L. **Escravos e magistrados no 2o Reinado**. Brasília, Fundação Petrônio Portela, 1984.

³⁶ PARANHOS, Adalberto. **Dialética da dominação**. São Paulo, Papirus, 1984.



Aldaíza SPOSATI é uma assistente social que explicita a lógica que norteia a aplicação de recursos públicos na assistência social, não obstante o que dita a Constituição: *“Os gastos da assistência social ainda são considerados despesas a fundo perdido, isto é, sem retorno ou um desperdício. Para alguns contadores e economistas, ela é uma forma de ‘jogar dinheiro público no ralo’...”*

É por este motivo – conclui SPOSATI – que a assistência social insiste em permanecer no campo do altruísmo, da benemerência, enfim: do não direito.

NOSSA LUTA É PARA SUSTENTAR OU FECHAR A “FÁBRICA DA POBREZA”?

O “mito da doação” permanece com intensidade no Brasil, agora sob a roupagem sobretudo da responsabilidade social das empresas, da caridade cristã e outras formas de engajamento da sociedade civil nas ações que implementam tendo como destino as populações pobres. O próprio empresariado é posto em um patamar de destaque e benemerência quando se propõe a “doar” empregos, abrir determinado número de postos de trabalho.

Neste processo generalizado de “doação” e de “sensibilidade social”, há os apelos tais como “adote um aluno”, “seja amigo da escola” e outros tantos. A sociedade como um todo é convocada a dar conta das mazelas sociais que o capitalismo impõe, na ânsia por compatibilizar capital/trabalho, desonerando as empresas e preservando as desigualdades sociais.

Não se cogita de fechar a fábrica que produz pobreza, que produz a morte.



Cada uma destas ações voluntárias, de responsabilidade social, seria libertadora se fosse pautada pelo diálogo, se houvesse espaço para o questionamento, a criação de utopias e o trabalho em busca da realização destas utopias.

E ENTÃO? QUE SOCIEDADE ESTAMOS CONSTRUINDO?

Ao final desta cartilha, e desta série de cadernos, queremos te convidar para – juntos – construirmos nossos sonhos, nossas utopias, caminhando lado a lado nesta estrada que leva ao novo. É preciso, para isso: conhecer a História, estudar, dialogar, dar as mãos. Vamos sonhar grande, “Pegar” nos sonhos, “acariciá-los”, vê-los com toda a sua concretude. Há um ditado que diz: “nós só vamos até o lugar onde nossos olhos alcançam”.

Para LOURDES MARCHI, “ ao falar em Economia Solidária, é necessário não perder de vista elementos essenciais à sua formalização. É um processo de construção popular e coletiva em que o ser humano coloca-se como protagonista de sua própria economia através da valorização do trabalho como atividade humana geradora de realização pessoal e de novas relações interpessoais.

Como proposta alternativa à ditadura do capitalismo - concentrador de riquezas, da competição estéril, do lucro, da especulação - a Economia Solidária sustenta-se na radicalização da democracia; pela autogestão, na distribuição justa das riquezas; pelo consumo solidário; na confiança e solidariedade, como novo jeito de relacionar-se e partilhar a vida.



Vejo, então, a Economia Solidária como o novo, que se propõe a resgatar e dar dignidade a tantos oprimidos sob o peso de um sistema aí imposto e que não está dando resposta aos anseios de libertação e vida mais feliz à nossa gente.

Há que se transformar o rosto sofrido de tantos seres humanos, devolvendo-lhes a capacidade de sonhar, de criar, de ter voz e vez na construção do novo mundo que se vislumbra e que é possível porque, assim o cremos.

Para MÁRCIA C. KNAPIK, “Economia solidária é algo tão antigo quanto a humanidade e ao mesmo tempo, uma proposta nova, totalmente contrária ao capitalismo que ainda perdura.

Representa uma volta às origens, porque era assim que nossos antepassados – lá nos primórdios da nossa história – viviam: sem acumular bens; cada um sendo responsável pelo bem-estar do outro; trocando bens e serviços que eram necessários no momento; participando do seu trabalho no todo: início, meio e fim.

E uma proposta nova porque, após séculos de trevas do domínio capitalista, as pessoas começam a quebrar os paradigmas: o que podemos ver, em várias partes do mundo, onde se pratica a economia solidária, é a valorização do trabalho de cada um; o crescimento da auto-estima; o aumento do diálogo entre as pessoas; maior conscientização de seus direitos e a eliminação gradativa do assistencialismo; o fim do autoritarismo e a prática da autogestão.

São várias as sementes que estão sendo plantadas nos muitos jardins do nosso planeta. Não é uma plantação fácil, porque existe o empecilho de algumas “ervas daninhas” que, aos poucos, serão substituídas pelos frutos de um trabalho muito bonito: o de resgatar a dignidade humana, nascendo assim uma sociedade muito mais feliz.”



ESTA COLEÇÃO É COMPOSTA PELOS SEGUINTE CADERNOS:

CADERNO 1 – Uma Pedagogia Humanizadora: A pedagogia de Paulo Freire.

CADERNO 2 – O trabalho Humano – Das sociedades comunais ao modo de produção feudal.

CADERNO 3 – O trabalho no capitalismo – Alienação e desumanização.

CADERNO 4 – As utopias em torno do trabalho – Liberdade e Criação.

CADERNO 5 - Economia Popular Solidária: Que mundo estamos construindo?



Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Marcos. **Humanizar o supra-humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e Economia Solidária.** Petrópolis, Vozes, 2003.
- BOBBIO, Norberto et. Al. **Dicionário de Política.** 5.ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BUARQUE, Cristóvão. **A revolução das prioridades.** Instituto de Estudos Econômicos, 1993.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis, Vozes, 2001.
- CEPAT INFORMA n. 87. Artigo de Jeremy Rifkin, p. 85-90.
- CORAGGIO, José Luis. **Política /social & Economia del trabajo.** Alternativas a la política neoliberal para la ciudad. Buenos Aires/Madrir, Myño & Dávila Editores. Universidad Nacional de General Sarmiento, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Cartilha de Educação Popular.** 2.ed. São Paulo. Equipe Todos Irmãos, 1985.
- _____ **Pedagogia do oprimido.** 13.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1983.
- FRIGOTO, Gaudêncio et. Al. **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 2002.
- JORNAL BRASIL DE FATO, 25 de setembro ao 01 de outubro de 2003. O Brasil tem 150 milhões de excluídos.
- MANCE, Euclides. **A revolução das redes.** A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, Vozes, 2000.
- NAQUETE, L. **Escravos e magistrados no segundo reinado.** Brasília : Fundação Petrônio Portela, 1988.



_____. **Redes de Colaboração Solidária.** Como gerar trabalho e renda em nossa comunidade. Cartilha. Curitiba, IFIL, 2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **Economia Solidária no Brasil.** São Paulo : Contexto, 2000.

SPOSATI, Aldaiza. **A inclusão social e o Programa de Renda Mínima.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, julho de 2001.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo : Perseu Abramo, 2002.

YASBEL, Maria Carmelita. **Classes subalternas e serviço social.** 2.ed. São Paulo : Cortez, 1996.